

“AO GLORIOSO PADRE CÍCERO E À REVOLUÇÃO BRASILEIRAⁱⁱ”: O BISPADO DE WANILLO GALVÃO BARROS NA IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA BRASILEIRA (1971-1985)

AL GLORIOSO PADRE CICERÓN Y A LA REVOLUCIÓN BRASILEÑA: EL OBISPADO DE WANILLO GALVÃO BARROS EN LA IGLESIA CATÓLICA APOSTÓLICA BRASILEÑA (1971-1985)

TO THE GLORIOUS FATHER CICERO AND THE BRAZILIAN REVOLUTION: THE BISHOPRIC OF WANILLO GALVÃO BARROS IN THE BRAZILIAN CATHOLIC APOSTOLIC CHURCH (1971-1985)

OLIVEIRA, FABRIZIA SANTANA DA SILVA

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

E-mail: fabriziasantanaoliveira@gmail.com

MACEDO, MICHELLE REIS DE

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense, Professora Adjunta da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

E-mail: michellemacedohistoria@gmail.com

RESUMO

O texto apresenta uma análise sobre a atuação de Wanillo Galvão enquanto bispo da Igreja Católica Apostólica Brasileira (ICAB) em Alagoas, entre 1971 e 1985ⁱⁱ, em conjunto com outras funções que exercia paralelamente. A análise engloba seu papel como líder de uma patrulha anticomunista, suas colunas em jornais de grande circulação, participações em programa de rádio e presidência no Partido de Representação Popular. Observa-se que a ICAB em Alagoas se afastou das propostas iniciais projetadas pelo fundador da instituição, Carlos Duarte, devido aos alinhamentos político-intelectuais de seu primeiro bispo, Dom Wanillo, em um contexto marcado pelo imaginário anticomunista. O texto destaca que a ICAB é uma instituição social heterogênea, que operou mudanças em sua configuração para assegurar seus interesses e expandir sua influência em uma sociedade em constante mutação, e que o bispado de Dom Wanillo deu a ICAB em Alagoas um direcionamento diferente da história da instituição.

PALAVRAS-CHAVE: : Igreja Católica Apostólica Brasileira, Wanillo Galvão, Alagoas.

RESUMEN

El texto presenta un análisis de la actuación de Wanillo Galvão como obispo de la Iglesia Católica Apostólica Brasileña (ICAB) en Alagoas, entre 1971 y 1985[1], junto con otras funciones que ejerció paralelamente. El análisis abarca su papel como líder de una patrulla anticomunista, sus columnas en importantes periódicos, participación en programas de radio y presidencia del Partido de Representación Popular. Se observa que el ICAB en Alagoas se alejó de las propuestas iniciales diseñadas por el fundador de la institución, Carlos Duarte, debido a las alineaciones político-intelectuales de su primer obispo, Dom Wanillo, en un contexto marcado por el imaginario anticomunista. El texto destaca que el ICAB es una institución social heterogénea, que ha realizado cambios en su configuración para garantizar sus intereses y ampliar su influencia en una sociedad en constante cambio, y que el obispado de Dom Wanillo dio al ICAB en Alagoas un rumbo diferente en la historia de la institución.

PALABRAS CLAVES: Iglesia Católica, Apostólica Brasileña, Wanilo Galvão, Alagoas.

ABSTRACT

The text presents an analysis of Wanillo Galvão's performance as bishop of the ICAB in Alagoas, between 1971 and 1985, together with other functions he exercised in parallel. The analysis encompasses his role as leader of an anti-communist patrol, his columns in major newspapers, appearances in a radio program, and the presidency of the Popular Representation Party. It is observed that the ICAB in Alagoas departed from the initial proposals projected by the founder of the institution, Carlos Duarte, due to the political-intellectual alignments of its first bishop, Dom Wanillo, in a context marked by the anti-communist imaginary. The text highlights that the ICAB is a heterogeneous social institution, which has operated changes in its configuration to ensure its interests and expand its influence in a society in constant mutation, and that the bishopric of Dom Wanillo gave the ICAB in Alagoas a different direction from the history of the institution.

KEYWORDS: Brazilian Catholic Apostolic Church, Wanillo Galvao, Alagoas.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar o bispado de Wanillo Galvão Barros enquanto primeira liderança da Igreja Católica Apostólica Brasileira (ICAB)ⁱⁱⁱ em Alagoas, considerando sua posição simultânea como fundador e líder da Patrulha Nacional Cristã (PNC) e presidente do Partido de Representação (PRP) no estado. As diferentes atuações políticas e intelectuais de Dom Wanillo, em suas interações mútuas, deram uma forma única à ICAB de Alagoas, diferenciando-se em certa medida das ideias defendidas por seu fundador, Dom Carlos Duarte. Por meio de seu intenso engajamento político, a instituição alagoana manteve uma postura política favorável ao governo militar e aos dogmas do Santa Sé, mesmo que isso tenha gerado discordâncias em relação a outras ICAB's no país.

De acordo com o historiador Wagner Pires Silva (2017), após a morte do fundador, a ICAB tomou um rumo distinto em relação ao período anterior, tornando-se apenas uma sombra do que Dom Carlos Duarte da Costa havia idealizado na década de 1940. O autor argumenta que a instituição persistiu principalmente como uma alternativa prática para atender demandas religiosas não contempladas pela Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), como a necessidade de casais interessados em uma segunda união no catolicismo.

No entanto, ao considerar a ICAB como uma instituição religiosa que, ao longo de processos históricos e sociais, ajustou sua própria configuração, a suposição do autor não é suficiente para explicar sua permanência e expansão. Utilizando o conceito de identidade institucional proposto por Scott Mainwaring (2004), pode-se entender a ICAB como uma instituição social heterogênea que adaptou suas práticas para proteger seus interesses e ampliar sua influência em uma sociedade em constante transformação.

Assim, examinar a trajetória político-religiosa de Dom Galvão Barros permite entender os direcionamentos adotados pela ICAB em Alagoas entre 1971 e 1985. A abordagem biográfica aqui é utilizada como uma estratégia metodológica para analisar historicamente as configurações institucionais da ICAB desde sua fundação até o episcopado de Dom Wanillo, embora não se concentre estritamente em um estudo biográfico, conferindo um caráter sociológico e político à análise. Esse esforço interpretativo foi adotado por diversas pesquisas em história política, que focaram na atuação das elites e lideranças sem se deter nas trajetórias individuais (RÉMOND, 1998; MICELI, 1986).

O USO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO PARA PROPAGAR IDEIAS CONSERVADORAS NO BISPADO

De acordo com Oliveira (2022), a história da ICAB em Alagoas começou em 1971 com a nomeação de Wanillo Galvão Barros como seu primeiro bispo, sendo que, antes de sua conversão à ICAB, Galvão Barros era um fiel muito ativo na Igreja Católica Apostólica Romana e mantinha fortes relações com membros do clero local. A *Carta Pastoral*^{iv} que publicou por ocasião de sua sagração como bispo da ICAB, em 1971, permite conhecer sua biografia: Wanillo Galvão Barros nasceu em Maceió no dia 14 de setembro de 1927, filho de Natalício Marques da Silva Barros, um pintor, e de Maria Hortência Galvão Barros. Sua formação religiosa inicial ocorreu na Instituição Marista, onde foi noviço e irmão leigo. Embora os detalhes sobre a duração dessas experiências não sejam claros, essa trajetória destaca sua conexão com o catolicismo romano.

Para atrair fiéis para a nova instituição na cidade, Wanillo Galvão Barros buscou justificar e divulgar sua transição da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) para a Igreja Católica Apostólica Brasileira (ICAB). Em sua explicação, justifica que a decisão foi motivada pelo "sonho de se tornar padre, impossibilitado pela questão do celibato", e pela "insatisfação com o envolvimento de membros do clero nacional com movimentos de orientação comunista, algo que ele repudiava completamente" (BARROS, 13 maio, 1969).

Em sua segunda Carta Pastoral, Dom Wanillo revelou que se juntou à ICAB em fevereiro de 1969 e foi ordenado bispo em 2 de maio de 1971. No mesmo ano, foi designado como o primeiro bispo da recém-criada Diocese da ICAB e, em 10 de outubro de 1971, tomou posse oficial como o primeiro Bispo Diocesano de Maceió.

Logo, o líder religioso passou a assinar suas colunas nos jornais como "Dom Wanillo" - isso evidencia sua vontade de ser reconhecido não apenas em âmbito religioso, mas em todos os espaços sociais que ocupava. Essa mudança reflete a importância que atribuía a sua posição episcopal e sua influência em diversos campos além da religião, incluindo a política e a mídia.



Em carta, o bispo expressou sua insatisfação ao jornalista por não tê-lo mencionado em uma coluna sobre datas comemorativas: "Quando tiver a gentileza de mencionar meu modesto nome, gostaria que o fizesse, concedendo-me o título que me cabe por natureza sacramental - JURE ET FACTO - com o qual me sinto plenamente realizado." (BARROS, 21 set. 1975).

O desejo em ser reconhecido como bispo contribuiria para que ele se tornasse uma figura ainda mais conhecida na cidade e no estado, em consonância com sua atuação enquanto professor com um ideário conservador. Considerando sua atuação em espaços educacionais, juntamente com as suas atividades na Patrulha Nacional Cristã e nos jornais, seu novo cargo religioso permitiu que ele estabelecesse redes de contato que fortaleceram sua influência na sociedade alagoana.

Simultaneamente à sua atuação como docente, fundou a Patrulha Nacional Cristã (PNC), uma organização cívico-educacional criada em 1960. Conforme a historiadora Michelle Macedo, a PNC era uma entidade conservadora voltada ao combate ao comunismo em Alagoas, promovendo uma transformação social baseada em princípios espirituais. "Muitos jovens alagoanos foram formados na PNC, segundo os preceitos do catolicismo conservador e anticomunista, moldando seus pensamentos e comportamentos" (MACEDO, 2015, p. 15).

Posteriormente, em 5 de março de 1966, o jornal *Gazeta de Alagoas* publicou uma entrevista com diferentes diretores de colégios de Maceió, que foram convidados a discorrer sobre "problemas do ensino médio", embora não fossem especificados quais seriam esses problemas. No artigo, Wanillo Galvão é apresentado como diretor-geral da Patrulha Nacional Cristã, cujo nome é diretamente ligado ao "movimento revolucionário de 31 de março, como autêntico líder da Revolução em nossa terra" (GAZETA DE ALAGOAS, 1966).

É importante destacar que o jornal era de propriedade do governador de Alagoas, Arnon de Mello, e que se tornou um dos principais meios de disseminação de críticas contra os movimentos de esquerda durante o governo de João Goulart. Conforme destacado por Castelo et al (2018), o jornal mantinha uma aliança ideológica com os movimentos conservadores de Alagoas, incluindo grupos religiosos e militares.

Dessa forma, fica evidente que a escolha de Wanillo Galvão como entrevistado ressalta a adesão aos ideais que ele promovia, tanto como colunista do jornal quanto como diretor de colégio influente, com suas atividades educacionais sendo amplamente reconhecidas pelos governantes do estado.

Percebe-se que, ao assumir o bispado da ICAB em Alagoas, Wanillo Galvão Barros já possuía uma extensa trajetória em diversos campos sociais, incluindo sua atuação como educador e sua liderança na Patrulha Nacional Cristã, uma entidade anticomunista. Com sua nomeação como bispo, sua prática religiosa refletiu de forma marcante suas convicções e orientações políticas, resultando em uma bispado com características conservadoras e tradicionalistas na região, conforme será detalhado no próximo tópico.

A ICAB SOBRE UM VIÉS POLÍTICO INTEGRALISTA

Desde a década de 1950, Wanillo Galvão esteve envolvido com o Partido de Representação Popular (PRP), através de contato pessoal com o fundador do integralismo, Plínio Salgado. Em pesquisa sobre a temática, a historiadora Fabrizia Oliveira (2022) localizou no Arquivo de Rio Claro, um documento que provavelmente represente o primeiro contato entre Barros e Salgado, uma carta^v datada 19 de julho de 1950, em que se apresentava como um grande admirador das obras de Plínio, e que durante seu noviciado na ordem Marista, sua admiração pelo líder teria se intensificado.

Naquele período, Wanillo Galvão, que estava desempregado e desejava se casar, pedia o apoio do integralista para obter uma vaga de professor por meio da influência de Plínio Salgado. Além de demonstrar interesse em ocupar a liderança no Partido de Representação Popular em Alagoas e apoio para sua candidatura a deputado estadual:

Apesar das dificuldades aqui no estado, muito tenho procurado merecer o título de substituto do amigo Dr. Oiticica, como 1º vice-presidente do D.E., fazendo ecoar pela Rua do Comércio, a voz do Sino do P.R.P. (seção de Alagoas), diariamente, às 16 horas e cooperando, em tudo que se precisa, pelo nosso maior progresso em Maceió e no Estado. Sou candidato a deputado estadual, mas só com o auxílio da poderosa virgem Maria, serei eleito, pois meu campo eleitoral não atinge mais de 300 votos (BARROS, 19 jul. 1950)



Wanillo Galvão conseguiu os três objetivos descritos em sua carta para Plínio Salgado: tornar-se diretor do Partido de Representação Popular (PRP), professor catedrático por meio de concurso público e se casar. No entanto, é importante notar que a relação entre Wanillo e Plínio Salgado transcendeu o campo político. Conforme relatado por Macedo (2015), em uma das visitas de Salgado a Maceió, Wanillo o convidou para batizar seu filho, que foi nomeado Plínio em homenagem ao padrinho.

Ademais, Wanillo Galvão foi um dos 30 membros selecionados para integrar a Câmara dos Águias Brancas, um grupo auxiliar da cúpula perrepista, que foi criado após cinco anos de atuação de centenas de Centros Culturais da Juventude (CCJ), conforme analisou Rodrigo Christofolletti (2011). Os CCJs, criados publicamente a partir de 1952, são considerados a maior organização extra-partidária criada pelo integralismo entre 1945 e 1965.

A Patrulha Nacional Cristã estava associada ao CCJ, o que possibilitou a escolha de Wanillo Galvão para fazer parte do primeiro Conselho dos 30 Águias Brancas, dado que a seleção foi realizada considerando os estados com o maior número de membros integralistas. Segundo Plínio Salgado (1958), tanto os Centros Culturais da Juventude quanto a Câmara dos Águias Brancas eram constituídos por representantes que carregavam em si "uma mistura de Quixote e Sancho... um híbrido especial". De acordo com o líder integralista, seus militantes eram "Quixotes porque sabiam que o mundo era governado por pessoas como Eles!" (SALGADO, 1958, p.5).

Em buscar de alcançar apoio do governador de Alagoas para a recém-chegada da igreja na capital, Wanillo reiterou que manteria sua posição política por meio de sua posse como presidente do Partido de Representação Popular (PRP). E em um contexto político efervescente e conservador, não encontrou resistência no âmbito governamental, assim como parecia estar confortável com os governadores do período ditatorial: "A ICAB aqui em Alagoas é muito bem-vista pelas autoridades civis e militares, [...] não nos metemos em política, exceto no combate ao comunismo" (BARROS, 29 jul, 1973).

No entanto, embora não encontrasse dificuldades no cenário político, a receptividade por parte de outros líderes católicos no estado não foi a mesma. Sua relação com o Arcebispo de Maceió, Dom Adelmo, sofreu mudanças, já que a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) não tinha planos de incluir a ICAB em seu plano ecumênico^{vi}, assinado em novembro de 1964.

Insistindo em apontar as semelhanças entre as duas igrejas, acreditava numa proximidade para obter recursos para a expansão da ICAB:

Iniciamos há quase dois anos um ardente apostolado através da Igreja Católica Apostólica Brasileira, no bairro do Poço, na Bomba, numa humilde capelinha, cujo patrono é São Francisco de Assis, a quem rendemos culto de veneração. [...] Apesar de formarmos uma Igreja independente de Roma, consideramos nos, hoje, autênticos depositários da tradicionalidade católica, aceitando todos os seus dogmas e encíclicas papais e conservando, rigorosamente, a tradicional mística e liturgia da Santa Madre Igreja. [...] viemos bater à porta do vosso coração generoso, pedindo-vos uma ajuda (material), a fim de continuarmos com a obra iniciada por cinco operários pobres da nossa paróquia que, em suas horas de folga, espontaneamente, trabalham para suspender o Templo de Deus, numa atitude heroica, cheia de abnegação e espírito de fé católica (BARROS, 12 out. 1973)

A correspondência reproduzida acima foi endereçada a Afrânio Lages, ex-governador de Alagoas pelo partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Lages tinha um histórico de militância integralista, tendo cofundado o Núcleo Provincial Integralista (NPI) em 1933 junto com Plínio Salgado. Segundo o historiador Gustavo Neri (2014), a participação dos integralistas nas eleições estaduais foi um fator importante para a vitória de Lages no início de sua carreira política. Isso explicaria a intenção do pedido, não apenas por identificação de sua influência política e econômica, mas também pela proximidade ideológica entre os dois.

Wanillo Galvão era um fervoroso defensor do integralismo, e essa crença moldou toda a sua carreira, desde a fundação da PNC até sua função como bispo da ICAB. No entanto, ao assumir o cargo de episcopado, sua relação com Plínio Salgado passou a enfrentar dificuldades, como demonstrado pelas cartas que enviou, expressando que não recebia resposta desde que comunicou sua mudança para a ICAB. Insistindo pelo retorno, o bispo chegou a convidar Plínio Salgado para ser padrinho de sua Sagração Episcopal: "Estou ciente da minha posição sacerdotal. Espero que, dentro de dois ou três anos, essa situação seja resolvida" (BARROS, 10 de maio de 1970).

Para entender os possíveis motivos que levaram ao conflito, é necessário analisar a relação de Plínio Salgado com a Igreja Católica Apostólica Romana. O historiador Marcos Quadros (2011), em sua discussão sobre as diferenças entre a Ação Integralista Brasileira (AIB) e o Partido de Representação Popular (PRP), destaca que a questão do catolicismo é



uma das chaves para explicar as diferenças. Isso se deve ao fato de que a transformação ideológica de Plínio Salgado, essencial para tornar viável o PRP no âmbito ideológico, o fez renunciar às suas ambições revolucionárias (de orientação fascista) em favor da defesa da democracia cristã. Como resultado, "a aversão à liberal-democracia torna-se, na prática, menos contundente do que se verificava durante a existência da AIB, e o totalitarismo 'neo-pagão' dos fascismos é atacado com maior intensidade" (QUADROS, 2011, p.13).

É possível que Plínio Salgado tenha se sentido desapontado com a mudança religiosa de Wanillo ao optar por uma igreja que estava sob críticas contínuas desde sua criação em 1945, em contraste com a instituição que possuía a maior representação cristã no país, a Igreja Católica Apostólica Romana. Além disso, ICAB foi fundada por um bispo que havia sido excomungado e acusado de envolvimento com ideologias comunistas, como aponta Oliveira (2022).

Apesar das reservas do líder integralista, a defesa de um governo autoritário foi uma marca distintiva do episcopado de Dom Wanillo na ICAB. Em uma correspondência de 1975 com Carlo Barbieri, o bispo manifestou o desejo de estabelecer em Alagoas uma célula anticomunista da Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (SEPES), uma ramificação da World Anticommunist League (WACL), também conhecida como Liga Anticomunista Mundial (LAM). Barbieri, que foi um dos fundadores da SEPES, alcançou uma carreira notável ao integrar a organização à WACL e assumir a presidência global da entidade em 1975. De acordo com o historiador Marcos Ribeiro (2021), a presença de religiosos, empresários e intelectuais associados à ditadura foi uma característica proeminente da estrutura da SEPES, e a organização manifestou apoio às ditaduras na América Latina.

No arquivo pessoal do bispo, foi localizado um recorte de jornal, com o título "O bispo e o Ministro", sugerindo vínculos entre Wanillo Barros e Carlo Barbieri. O documento também menciona um encontro entre o bispo e o então Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, seguido por uma reunião com representantes do Concílio Nacional da ICAB. As circunstâncias desse encontro não estão claras, já que o trecho não fornece detalhes, mas é significativo que Buzaid já havia atuado como advogado para uma empresa de Barbieri e, enquanto ministro durante o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974).

É possível que a tentativa de Wanillo de associar a Patrulha Nacional Cristã à SEPES e à LAM tenha sido impulsionada pela necessidade de obter apoio financeiro, dado que a instituição enfrentava dificuldades financeiras sob seu episcopado. Em uma carta datada apenas com o ano de 1975, Wanillo afirmou não havia recebido apoio que os pedidos de auxílio financeiro feitos até então.

A escassez de recursos financeiros parece ter influenciado a mudança de endereço do Seminário da igreja, que passou a ocupar o primeiro andar da sede da PNC, considerando a junção para diminuir os custos: "ficou, assim, melhor para todos - mestres e seminaristas" (BARROS, 5 ago. 1970).

Os membros cobriam as despesas da Patrulha, incluindo contribuições dos alunos e doações de apoiadores. No entanto, resta a dúvida sobre a origem dos recursos financeiros da ICAB em Alagoas. Embora não haja documentação que comprove doações de fiéis ou de outras dioceses, é sabido que o tema do casamento de divorciados atraía adeptos e movimentava as finanças da igreja, mesmo com os desafios enfrentados.

Novamente venho dirigir-me a Vossa Senhoria para tratar do assunto do enlace matrimonial religioso que fora realizado [...] nesta cidade. Quero comunicar a Vossa Senhoria que esta secretaria já esperou demais pela prestação de contas, o que me faz, agora, encaminhar à Cúria Diocesana para tomar as providências cabíveis. Gostaria de que fosse evitado o processo de anulação do casamento [...]

(BARROS, 9 jul. 1975)

O Seminário Católico São Tomás de Aquino, que estava situado junto à sede Episcopal, possivelmente também desempenhava um papel na captação de recursos para a Igreja, já que as mensalidades pagas pelos seminaristas ajudavam a cobrir não apenas os salários dos educadores, mas também a manutenção das instalações. Walbert Rommel Galvão, o único a optar pela carreira eclesiástica, participou da fundação do Seminário, seguindo as orientações de seu pai e, posteriormente, assumiu o cargo de bispo como seu sucessor. Rommel traz informações sobre como funcionava o Seminário:

Posso dizer realmente que eu fui um dos primeiros seminaristas porque quando meu pai resolveu ficar na ICAB, eu comecei então a acompanhá-lo. Toda vez que ele ia buscar algum conhecimento ou contato a mais com a ICAB eu ia, o acompanhava, e assim eu terminei me interessando e me tornei



um seminarista, onde realmente um dos professores passou a ser o meu próprio pai. [...] E então a gente formou um grupo grande de seminaristas e eu era um desses seminaristas que teve a formação juntamente com eles e tinha outros padres mais adiantados. E a gente passou a ter aula na nossa residência, que era residência do bispo e ao mesmo tempo, era seminário. Só depois de alguns anos que a gente separou e botou o seminário afastado da residência, mas no início era tudo junto. Era esposa do bispo, filho do bispo e dos seminaristas. Começamos assim (BARROS, 2022)

Observa-se, portanto, que as diferentes funções e atividades exercidas por Wanillo Galvão se entrelaçavam e ampliavam o seu protagonismo não apenas na esfera religiosa, mas também nas dimensões políticas e intelectuais. Além disso, sua vida pessoal também estava intrinsecamente ligada à Igreja e ao Seminário, que funcionava em sua própria residência, além de agrupar espaços físicos da PNC à ICAB. É importante destacar que a dinâmica da ICAB em Alagoas, apesar de divergir das propostas do seu fundador, Dom Carlos Duarte, evidencia a capacidade da instituição de se adaptar às mudanças histórico-sociais, operando alterações na sua própria configuração visando assegurar seus interesses e expandir sua influência em meio a uma sociedade em constante transformação.

CONFLITOS ENTRE A ICAB COM A ARQUIDIOCESE LOCAL

A formação religiosa de Wanillo Galvão Barros, juntamente com sua atuação política, proporcionou um entrecruzamento de dimensões que reforçaram seu protagonismo em diversos espaços, tais como a liderança da PNC, a escrita em jornais de grande circulação e a locução de um programa na Rádio da Arquidiocese de Maceió. O Colégio Santa Cruz, fundado por Wanillo Galvão Barros, também teve um papel importante na difusão dos valores da patrulha anticomunista entre os jovens. Embora nem todos os alunos fossem patrulheiros, a escola foi utilizada como um meio de educar a juventude dentro da doutrina dessa organização e angariar adeptos. Nesse sentido, a escola se tornou uma extensão da PNC e contribuiu para o seu fortalecimento e expansão.

A pesquisa de Michelle Macedo e Jonatan Ferreira mostra que a PNC teve um crescimento exponencial e representatividade na sociedade devido à convergência entre a faceta religiosa-militarista e o cenário político em que a organização atuava. Isso foi possível devido à liderança de Wanillo Galvão Barros, que soube articular politicamente as dimensões religiosas e culturais em suas diversas atividades.

A PNC nasce, segundo seus registros, contidos no Estatuto [...] repetido nos relatos orais de seus patrulheiros, em 1ª de maio de 1939. Segundo essa narrativa, Wanillo Galvão se reunia com seus amigos no quintal de sua residência, na Rua João Severiano, n. 26. Essas reuniões, segundo relatos dos Patrulheiros Juramentados Gilson Luiz e Walbert Rommel Coêlho Galvão Barros, seriam o início da faceta da liderança de Wanillo. É importante salientar que eram apenas um grupo de garotos que estudavam e marchavam. Esse grupo se reuniu ao longo dos anos de 1939 a 1941. Passando algum tempo, a PNC tomou uma forma sólida e com dinâmica de patriotismo extremo (MACEDO; FERREIRA, 2017, p. 6).

Está claro que o currículo de Wanillo Barros, incluindo sua formação Marista e noviciado, proporcionou a ele apoio prestigioso da Arquidiocese de Maceió para a Patrulha Nacional-Cristã (PNC). Como parte de um contexto de fundação de diferentes movimentos católicos leigos, a PNC se apresentou como uma instituição que agiria como um braço da hierarquia eclesiástica, comandada por um fiel sem sacerdócio católico, e recebeu um posicionamento favorável da ICAR. O apoio da Arquidiocese está ligado à manutenção da influência católica sobre a população e ao combate aos "inimigos" da fé, em consonância com as orientações episcopais nacionais.

Durante o período em que Wanillo Barros fundou a Patrulha Nacional-Cristã, em 1935, também surgiu a Ação Católica (AC), liderada por Dom Sebastião Leme da Silva Cintra, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro. Como resposta às correntes políticas de tendências socialistas e comunistas, buscava uma maior articulação das forças e atividades católicas, em conformidade com as orientações^{viii} postas pelo Papa Pio X. A AC se inspirou nas associações corporativistas do estado fascista italiano, valorizando o personalismo como base para a concepção individualista da missão cristã. Essa filosofia humanista influenciaria pensadores católicos e funcionaria como uma tentativa de encontrar respostas para os



problemas da sociedade moderna e uma presença mais satisfatória da instituição na vida dos fiéis, de acordo com a historiadora Irineia Silva (2006).

Fernando Medeiros (2007) analisou que a Ação Católica chegou à Arquidiocese de Maceió na década de 1940 por iniciativa de Dom Ranulpho e inaugurou diversas obras sociais assistencialistas no Estado. Segundo Medeiros, a Ação Católica em Alagoas se manteve restrita às escolas católicas, com membros escolhidos dentre os estratos mais distintos da sociedade local, aumentando assim a influência da Igreja sobre a sociedade. Em perspectiva comparativa, Wanillo Galvão também selecionava os patrulheiros da PNC por critérios de conduta moral e cívica. A PNC tinha um perfil militarista e seus membros eram responsáveis pela proteção ao Estado, incluindo o uso da força física, se necessário. Conforme apontado pelo historiador Jonatha Ferreira, a PNC era regida por um estatuto que regulava seus departamentos, diretorias e batalhões, e eram realizadas reuniões semanais e uma rede de liderança nomeada "Corpo de juramentados", composta por candidatos aprovados em três provas para testar fidelidade, honra e fibra moral.

Nesse contexto, no estado de Alagoas, o discurso anticomunista da Igreja foi favorecido durante o mandato do governador Luiz de Souza Cavalcante, eleito pela União Democrática Nacional (UDN). O governador apoiava as alianças com empresários da agroindústria, que buscavam exercer controle político sobre a estrutura de Alagoas, o que levou a uma "estreita articulação entre o poder central e as forças políticas de base agrária" (MEDEIROS, 2007, p. 69).

Esta administração contrapôs o governo anterior, de Muniz Falcão, que foi marcado por grandes conflitos e culminou em um processo de impeachment liderado por deputados oposicionistas ligados à indústria açucareira. Muniz era membro do Partido Social Trabalhista (PST) e apoiava os ideais de Getúlio Vargas e Leonel Brizola em relação a questões trabalhistas e agrárias, se opondo sobretudo à União Democrática Brasileira (UDN).

A eleição de Muniz representou uma ameaça ao poder das oligarquias locais, sobretudo com a proposta de um imposto sobre a produção de cana de açúcar, que culminou no fatídico encontro em 13 de setembro de 1957, data marcada para a votação do impeachment na Assembleia Legislativa de Alagoas. Costa (2013) argumentou que o plenário se transformou numa praça de guerra, em que todos os deputados compareceram armados, resultando em uma morte e oito pessoas feridas. Muniz foi o único governador a sofrer impeachment no Brasil, sendo uma aprovação arbitrária de deputados opositores que compareceram à Assembleia uma semana após o tiroteio, aprovando o processo. Embora a decisão tenha sido posteriormente revogada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e o governador tenha voltado ao cargo, o fato não era isolado daqueles que aconteceram nas outras áreas políticas, culminando no Golpe de 1964.

Como posteriormente ocorrido, quando o presidente João Goulart aproximava-se da estratégia das esquerdas, com temas sensíveis ao empresariado e oligarquias que lideravam a economia do país, como a proposta das Reformas de Base, anunciada no comício Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Na ocasião, Jango tinha como principal ponto, entre as Reformas de Base, a questão da Reforma Agrária, reunindo cerca de duzentas mil pessoas e anunciando a desapropriação de terras improdutivas e retomada de refinarias pelo poder público. A convicção e o temor de que o Brasil poderia adotar um modelo distributivo, ou até mesmo caminhar em direção ao socialismo, levou as oligarquias e empresariado a se organizarem para pôr fim ao governo Jango (COSTA, 2013, p. 21).

Durante este período, diversos movimentos de apoio e oposição às propostas de Jango surgiram em todo o país, incluindo Maceió, onde uma manifestação a favor das reformas de base foi organizada, mas não chegou a ocorrer devido ao impedimento do governador e ao risco de graves conflitos com manifestantes opositores. Para Medeiros foi neste contexto que o discurso eclesial anticomunista apareceu de forma exacerbada nos meses que antecederam o Golpe Militar, e a "caça às bruxas" foi prontamente articulada. Na noite de terça-feira, 31 de março, o governador Luiz Cavalcante divulgou uma nota oficial sobre a posição do governo de Alagoas em relação ao Golpe e iniciou uma ação policial para prender os "líderes esquerdistas, presidentes de sindicatos subversivos e agitadores interessados em causar desordem" (MEDEIROS, 2017, p. 141).

Assim, a repressão aos apoiadores do presidente Jango foi realizada não apenas pela polícia, mas também por outros órgãos do governo e pela Igreja, em que a força dos movimentos anticomunistas se expressou em conjunto. Neste alinhamento pró-Golpe Militar, a Patrulha Nacional Cristã, liderada por Wanillo Galvão Barros obteve destaque, participando da passeata da vitória e da missa em ação de graças celebrada pelo Arcebispo e governo local pela tomada do poder:

Mas, pelo menos de uma coisa todos estão certos, de que na realidade fomos os pioneiros aqui em Alagoas, do combate cerrado ao comunismo e à corrupção e, destemidamente, drapejávamos a bandeira revolucionárias numa luta titânica e sem tréguas, talvez querendo imitar o astuto Marcílio Dias, envolvíamos no Pavilhão Nacional, procurando-a todo o custo, defendê-lo das hordas vandálicas



dos apátridas (BARROS, 27 mar. 1966).

Michelle Macedo afirma que os patrulheiros da Patrulha Nacional Cristã se sentiam orgulhosos por terem cumprido sua missão e por ter sido Alagoas o primeiro estado do Nordeste a aderir à intervenção militar, conforme acreditavam. Em diversos documentos catalogados nesta pesquisa, foram identificados artigos em que Wanillo Galvão exaltava a participação de sua Patrulha nesse período, como uma "ádua batalha" a ser lembrada.

Não há dúvida de que a Patrulha era reconhecida pela Arquidiocese e pelo governo do Estado na época, assim como a figura de Wanillo Galvão Barros, que fez de seus ideais políticos uma arma poderosa no cenário anticomunista que rondava o imaginário social. Dom Adelmo, arcebispo sucessor de Dom Ranulfo, foi um defensor explícito do Golpe, e Wanillo Galvão contava com seu apoio para atuar com os patrulheiros. "Temos conhecimento de que vários membros dessa 'esquerda católica' foram atingidos pela repressão e que, nos bastidores, leigos e religiosos eram protegidos pela ação de Dom Adelmo Machado" (MEDEIROS, 2017, p. 147).

Sendo assim, podemos inferir que Wanillo Galvão Barros, como líder da Patrulha Nacional Cristã, teve seus ideais cristãos e conservadores bem recebidos pela Arquidiocese de Maceió, pelo Governo alagoano e pelo regime militar ditatorial que se seguiu. Quando decidiu se tornar bispo em uma Igreja Católica dissidente, já era uma figura pública bem conhecida na sociedade local, tendo seu nome associado como professor católico que lutava contra os movimentos de esquerda na época. Diante disso, é válido questionar até que ponto sua fama foi associada ao novo cargo episcopal que assumiu e como ele conseguiu conciliar sua postura política com a gestão da ICAB, uma instituição recém-chegada na cidade que enfrentava a superioridade da Arquidiocese de Maceió.

Embora a relação da Arquidiocese de Maceió com a ICAB tenha sido pontuada por animosidades, não há registro da eclosão de algum confronto direto, a exemplo do ocorrido em Novo Planalto (GO)^{viii}, apontado na dissertação do historiador Adriano Rodrigues (2018). Mas foi uma iniciativa encabeçada justamente por Dom Wanillo que causou grande polêmica no país, sobretudo entre os membros da ICAR: sua proposta de canonização de um sacerdote que havia sido ameaçado de excomunhão pela Santa Sé:

A Igreja Católica Apostólica Brasileira não subestima a voz do povo e vê, no culto espontâneo ao Padre Cícero, a eleição da sua santidade. Humilde, capaz de suportar os maiores sofrimentos e humilhações. Vítima de uma intolerância em tudo nefasta, própria de um tempo que não tem mais cabimento, soube continuar sendo o varão casto, santo e beato, chegando a convergir as grandes divergências da época para ser reconhecido pelo povo que o amou como santo. A ICAB, que traz o evangelho de Cristo para o Brasil, acata e aplaude a decisão do seu povo, cuja voz é a do próprio Deus, e exalta o Padre Cícero, cuja santidade é líquida e proclamada, atualmente sendo fato consumado e irreversível. (BARROS, 1971, p. 4)

Padre Cícero Romão Batista teve uma trajetória religiosa marcada por polêmicas, iniciadas em 1889, por ocasião da difusão de um milagre. A posição da Arquidiocese, desdobrada desta investigação, foi a refutação de que os eventos ocorridos com a beata Maria de Araújo consistiam em milagres. Argumentando não deixar margens a dúvidas, Dom Joaquim iniciou um segundo inquérito, em 1892, que ratificou a conclusão do primeiro, negando a existência de qualquer milagre, e com isso, padre Cícero foi proibido de pregar, confessar, dar conselho aos fiéis e celebrar missa em Juazeiro. Pouco depois, em 1894, com base em documentos enviados pela Arquidiocese de Fortaleza, a Congregação do Santo Ofício negou a possibilidade de milagre no evento de Juazeiro. Padre Cícero ainda apelou à Santa Sé, mas foi em vão: em 1897, o Santo Ofício determinou sua saída em 10 dias de Juazeiro, sob pena de excomunhão. Padre Cícero então partiu para o interior de Pernambuco e, no ano seguinte, viajou para Roma, em nova tentativa de reverter a situação, e desta vez teve conquistas parciais: embora continuasse proibido de mencionar os "episódios de Juazeiro", obteve de Dom Joaquim a licença para voltar a celebrar, menos em Juazeiro e suas vizinhanças (RAMOS, 2014).

Tal acontecimento religioso trouxe à localidade uma movimentação popular antes desconhecida: "O mito do santo popular de origem simples e regional ganhou contornos de identidade marcantes no imaginário popular nordestino e de afirmação política no quadro nacional" (TORQUATO; PORTUGUEZ, 2020, p. 145). Assim, as romarias para Juazeiro tornaram-se intensas, enquanto Cícero Romão ficava cada vez mais conhecido como "padrinho" Cico (TORQUATO; PORTUGUEZ, 2020, p. 151).



Padre Cícero, por sua vez, adotou uma atitude de apaziguamento frente às lideranças da Igreja. Embora não celebrasse mais missas, dava bênçãos aos peregrinos, proferindo um discurso conciliador e aos poucos sua figura tornou-se diretamente associada ao evento tido como milagroso, enquanto a da beata Maria de Araújo era deslocada para o espaço privado.

Padre Cícero faleceu em 1934, contando 90 anos. Contudo, sua popularidade manteve-se intensa através das décadas, mesmo com a Igreja Romana perdurando com certa suspeição acerca de sua atuação. Por isso, é evidente que a proposta de canonização por iniciativa da ICAB em Alagoas tornou-se uma questão conflituosa, com implicações que se expandiram para além do estado. Ao publicizar seu intento, em 1973, Dom Wanillo argumentou que tal proposta fora lançada ainda por Dom Carlos, de forma concomitante à fundação da ICAB, embora não haja documentação que comprove essa informação:

Há vários anos atrás, somente os romeiros fanáticos e teimosos atreviam venerar a memória do padre Cícero Romão Batista por estes Brasis em fora, principalmente no Nordeste. Ainda perdurava aquela incessante campanha negra contra a devoção imortalizada do milagroso e querido santo do Cariri. Foi quando a Igreja Católica Apostólica Brasileira, organizada por Dom Carlos Duarte Costa, o famoso Bispo de Maura, cuja sucessão apostólica vem do Papa Leão XIII, auscultando os interesses do povo nordestino, quis concretizar o velho sonho dessa gente boa, canonizando o Patriarca do Juazeiro. E desde o dia 20 de julho de 1969, a Igreja Brasileira, em Maceió, começou a recolher subsídios junto à massa popular para tal finalidade, podendo contar, depois, com várias adesões à santa causa, sobretudo com a Diocese de Brasília. Destarte, podemos defender desassombradamente, durante o III Concílio Nacional da ICAB, que fora realizado em julho de 1973, no Distrito Federal, a fulgente ideia de elevar Padre Cícero à honra dos nossos altares foi aceita unanimemente, após muitos estudos, pesquisas e debates acalorados dos srs. Bispos Conciliares. (BARROS, s.d.)

Como resposta à proposta lançada pela ICAB, a Arquidiocese de Maceió publicou uma circular aos fiéis (ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ, 14 ago 1975) argumentando que a canonização de Padre Cícero não seria válida, sob a justificativa de que nem mesmo a ICAB seria uma instituição legítima. Em contrapartida, Dom Wanillo, buscando legitimar o processo de canonização, alegou que padre Cícero não tinha sido reconhecido na Igreja em que atuava, mas que a ICAB atenderia o pedido dos seus devotos e romeiros.

A despeito das pressões contrárias, a canonização de Padre Cícero pela ICAB foi aprovada em 6 de julho de 1973 no III Concílio Nacional da Igreja Católica Apostólica Brasileira em Brasília, realizado sob a presidência de Dom Luís Mascollo (titular do Conselho Episcopal), sendo Dom Wanillo o relator. E Padre Cícero Romão foi canonizado como São Cícero do Juazeiro na Igreja Católica Apostólica Brasileira.

Contudo, ainda em 1973, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), órgão colegiado da Igreja Romana no país, divulgou uma Nota do Secretariado Geral sobre esta canonização, afirmando ser pertinente esclarecer que a ICAB continuava imitando as vestes e ritos da ICAR: “As coisas não mudaram de 1948 para cá. Hoje empregam terminologia como ‘cúria diocesana’, e ‘concílio’, e falam até de ‘canonização’.” (CNBB, 1973, p. 1). O documento alegava que a ICAB não portava ideais verdadeiramente católicos, conclamando “a chamada Igreja Católica Apostólica Brasileira para que cesse atitudes incompatíveis com um mínimo de sinceridade e honestidade, como está em pauta ou como recente informação absurda de um convite para integrar a CNBB” (CNBB, 1973, p. 2).

Mas as objeções da ICAR não tiveram maior efeito no reconhecimento da santidade de Padre Cícero pela ICAB; em paralelo, até o tempo presente, a incidência de Padim Ciço na cultura religiosa do país continua notória, com surgimento de vários centros de devoção aos moldes do que ocorre em Juazeiro do Norte. O historiador Torquato (2021, p. 31) acrescenta que este padre, ainda que temporariamente afastado pela ICAR, tornou-se tão popular que desde a década de 1950, ele passou a ser paulatinamente incorporado por esta instituição. Quando, por exemplo, as autoridades de Boca da Mata (Alagoas) tornaram feriado municipal o dia 20 de julho, data de falecimento deste sacerdote, foi celebrada uma missa presidida por Dom Valério Brêda, e pelo Padre Nivaldo, da Paróquia de Santa Rita de Cássia, ambos da ICAR. Em culminância, no segundo semestre de 2022, o processo de beatificação e canonização do Padre Cícero foi aberto pela Igreja Romana. Assim, de maneiras imprevistas ou inusitadas, o diálogo ecumênico entre a ICAB e a ICAR parece estar acontecendo.



CONFLITOS ENTRE A ICAB COM A ARQUIDIOCESE LOCAL

É inegável que a atuação política de Dom Wanillo contradiz os ideais estabelecidos na fundação da ICAB por Dom Carlos. O objetivo não é destacar as divergências entre as lideranças religiosas dos dois bispos, mas sim compreender como cada um definiu sua liderança no campo político, permitindo diferentes configurações culturais político-religiosas na ICAB. Essas culturas podem ser comparadas com base nos conceitos de René Remond (2003), sem estabelecer hierarquias ou noções evolutivas.

Usando essa abordagem para analisar a liderança de Dom Wanillo na ICAB, foi possível observar que, em sua primeira Carta Pastoral de 1971, o bispo apresentou sua interpretação sobre a história da Igreja Católica, considerando os conflitos e cismas enfrentados pela instituição ao longo do tempo.

Depois dos primeiros passos do Cristianismo, cujas igrejas primitivas eram nacionais, surgiu a Igreja Romana. Dela eclodiram Cismas e Heresias. As igrejas cismáticas, que se tornaram independentes do poder eclesástico romano, procuraram conservar o ritual dos sacramentos, a maior parte da linha dogmática do Catolicismo e sustentar, escrupulosamente, a selva imorredoura da Sucessão Apostólica que não é privilégio de nenhuma instituição religiosa, mas transmitida a quem bem intencionadamente a recebeu para fazer aquilo que a Igreja faz e para executar o que Jesus Cristo ensinou (BARROS, 1971)

O texto faz uma cronologia da história do cristianismo numa forma de enfatizar que a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) não seria a criadora e responsável pela sucessão apostólica – e este foi um dos argumentos centrais na fundação da ICAB, em 1945. Na ocasião, Dom Duarte, em *Manifesto à Nação*, considerado o documento que apresentou os fundamentos da fundação da ICAB, declarou o descontentamento com o Sumo Pontífice e sua posição: “O Papa é simplesmente o Bispo de Roma, como eu fui Bispo de Botucatu e, posteriormente, Bispo Titular de Maura e, agora, por vontade popular, sou Bispo do Rio de Janeiro” (COSTA, 1945, p. 1)

No entanto, enquanto Dom Carlos enfatizava o cisma com a Santa Sé para fundar uma igreja independente do papado, Dom Wanillo ressaltou que a ICAB em Alagoas, apesar de ser oficialmente cismática, apoiaria o Papa e “mantinha a tradição eclesástica e se opunha às teorias absurdas de reforma dos padres liberais e progressistas que minavam a autoridade de Paulo VI” (BARROS, 1969).

Mesmo ocupando um cargo apostólico criado por um agente histórico que assumia uma postura mais próxima à “esquerda” política, Dom Wanillo fez questão de destacar suas diferenças em relação a ele. Na própria carta pastoral, expressava insatisfação: “Embora não nos solidarizemos com as ideias políticas do então Bispo de Maura, o aceitamos como uma notável figura humana e, acima de tudo, como um pastor que conduziu magistralmente seu rebanho sem discriminações religiosas ou preconceitos sociais” (BARROS, 1971, p. 6). Sobre isso, Dom Wanillo teria sido criticado pelos membros do Conselho Episcopal que manifestaram desaprovação sobre a Carta pastoral, chegando a questionar se estariam de acordo com as publicações de Dom Carlos.

Dom Wanillo tentou desvincular o posicionamento político de Dom Carlos do perfil que a ICAB assumiu após o falecimento do fundador, chegando até a tentar retirar a alcunha de comunista que havia sido atribuída a Dom Carlos.

Defender o Petróleo e pregar a Reforma Agrária há trinta anos atrás não era coisa muito bem-vista. Por isso Dom Carlos, o Bispo de Maura, sofreu sérias consequências na época da Ditadura, como fora prejudicado o grande escritor Monteiro Lobato que nunca foi comunista. E, aqui, não estamos para fazer julgamento político, porque se o fizesse muita gente boa que forma o Partido da Melancia ficaria tremendo de medo nesta hora tão séria por que passamos. Melhor seria não escrever bobagem sem muita certeza do que diz. (BARROS, 14 out. 1973).

Ao apontar que a acusação de comunismo em relação a Duarte ocorreu unicamente pela sua defesa da Reforma Agrária, Dom Wanillo parece desconsiderar todas as outras alegações que contribuíram para essa imagem, embora Duarte não fosse de fato um comunista^{ix}. A forma como ele apresenta essa imagem como uma distorção causada pela ditadura de



Getúlio Vargas, que na época também conflitava com o integralismo, sugere que o período foi confuso em termos de pautas políticas. Por este motivo, ele aponta que até Monteiro Lobato teria sido rotulado erroneamente como um comunista.

Contudo, Wanillo Galvão teria afirmado que, após se tornar bispo da ICAB, iria afastar-se das questões políticas, opondo-se apenas ao comunismo (BARROS, 1971, p. 6). Já para o fundador da ICAB, Duarte, a questão religiosa estava próxima da política e era importante para o cristão buscar a restauração da Pátria: “E o Brasil, nesta campanha eleitoral, que ora se inicia, tenha presente o grande vulto da nossa Pátria Rui Barbosa, quando preconiza: Igreja Livre no estado Livre” (COSTA, 1945, p. 15). A ênfase no Estado laico desdobrava-se na afirmação da autonomia e na aceitação da recém-fundada ICAB, ao mesmo tempo em que alertava para a intromissão da Santa Sé na Igreja e na política: “Ou o Papa é Monarca ou é o Chefe de uma Religião” (COSTA, 1945, p. 16).

O bispo da ICAB de Alagoas não rompeu com a premissa da primazia do papado, visto como uma autoridade indispensável para o sucesso de uma Igreja católica:

Apesar de formarmos uma Igreja Independente de Roma, consideramo-nos, hoje, os autênticos donatários da tradicionalidade católica, aceitando todos os seus dogmas e encíclicas papais e conservando, rigorosamente, a tradicional mística e liturgia da Santa Madre Igreja. (BARROS, 1970, p. 12)

A infalibilidade pontifícia não pareceu ser um obstáculo para Dom Wanillo, que frequentemente defendeu as encíclicas papais e as decisões do papado. Ainda que o passado político do fundador da ICAB possa ter levantado preocupações, não representou um impedimento para que ele se associasse à igreja, sendo posteriormente citado como um exemplo da diversidade presente dentro da instituição icabense.

Contudo, com base na documentação analisada, não há indícios que evidenciem que Wanillo Galvão Barros tinha intenção em retornar posteriormente ao seio do clero católico romano, como fizeram alguns ex-icabenses. A ICAB era vista como uma instituição religiosa passível de atender ao seu ideário politicamente conservador. Logo, as tentativas de Dom Wanillo em estabelecer uma “política de boa vizinhança” com a Arquidiocese de Maceió podem ser compreendidas como uma iniciativa do líder de uma patrulha anticomunista, a PNC, em alinhar a ICAB em Alagoas a outras instituições que defendessem uma educação cristã e uma política favorável ao Regime Militar.

CONCLUSÃO

Nesse artigo foi abordado o percurso de Wanillo Galvão Barros, que já era conhecido no estado de Alagoas pela atuação de sua Patrulha Nacional Cristã e como professor, destacando-se seu processo de rompimento com a ICAR, publicizado por ele por meio de sua coluna “Alerta Brasil!”. Entende-se que Barros, apesar da ruptura, continuou gozando de prestígio como um agente ativo contra o comunismo, face às suas manifestações por meio da PNC e dos discursos nos jornais, a culminar em seu episcopado.

Também foram aprofundados os alinhamentos políticos do bispo em questão, considerando que suas atuações na PNC e no Partido de Representação Popular (PRP) estavam em sintonia aos ideais defendidos em sua gestão na Instituição icabense. Além de elucidar as condições em que Wanillo Galvão fundou a Patrulha, e a forma como a educação, em moldes conservadores e cristãos, era um dos pontos fulcrais dessa organização, sendo possível identificar nomes de patrulheiros que tornaram sacerdotes da ICAB, evidenciando-se a interpenetração das duas instituições (PNC e ICAB).

Por fim, foram apresentadas também as tentativas de diálogo ecumênico com a ICAR, e a forma que a ICAB em Alagoas desejava ser vista como uma instituição diferente das outras ICABs no país, pois estaria em acordo com os direcionamentos do Papado. Dom Wanillo enunciou, em vários momentos, que seu descontentamento era com os padres progressistas da ICAR, os quais representariam um enfraquecimento do tradicionalismo católico. Assim como a PNC, a Igreja recém instaurada no estado teria como missão orientar os indivíduos contra o comunismo, liberalismo e materialismo, vistos por Wanillo Galvão como ameaças estrangeiras.

Como forma de angariar devotos, Dom Wanillo iniciou uma campanha de canonização do padre Cícero Romão, um personagem de grande devoção de romeiros católicos. Em 1973 tal personagem passou a ser reconhecido como São



Cícero do Juazeiro, através do III Concílio da ICAB, no qual recebeu celebrações e procissões dos membros icabenses até atualmente. Tal iniciativa acarretou mais visibilidade a Diocese alagoana, visto que como proposto, Dom Wanillo desejava demonstrar seu empenho pelo crescimento da ICAB, tanto pelo patrimônio material quanto em relação ao número de fiéis. As hipóteses que nortearam a formulação inicial desta pesquisa foram assim sustentadas: as diversas atuações políticas e intelectuais de Wanillo Galvão entrecruzaram-se a seu protagonismo na esfera religiosa. De forma que, sua liderança, expressa em suas atividades e discursos, incidiu decididamente na dinâmica histórica da ICAB no estado alagoano, ou seja, conferiram contornos singulares à ICAB de Alagoas. Vale mencionar, em conclusão, que a ICAB, instaurada por um bispo excomungado da ICAR, graças em grande parte à sua heterogênea configuração político-religiosa enquanto instituição, manteve-se no tempo, expandindo a quantidade de dioceses espalhadas pelo país e no exterior.

REFERÊNCIAS

AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der. História da Igreja no Brasil: ensaios de interpretação a partir do povo. Terceira época: 1930-1964. Petrópolis: Vozes, 2008.

CASTELO "et al". MÍDIA E PODER: UMA ANÁLISE DO CENÁRIO DA IMPRENSA ALAGOANA NO PERÍODO DO GOLPE CIVIL-MILITAR. Cadernos de graduação. Ciências Humanas e Sociais | Alagoas | v. 4 | n.3 | p. 199-212 | Maio 2018 | periodicos.set.edu.br.

COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René. Por uma história política. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

GUISOLPHI, Anderson José. Dom Carlos Duarte Costa: redes de sociabilidade intelectual nas revistas Mensageiro de nossa senhora menina e Luta! (1940-1961). Tese (Doutorado em História). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2021.

LIMA, Jacinta Alves de Lima. Cícero Romão Batista: da canonização popular à canonização oficial. Trabalho de Dissertação de mestrado; Dissertação (mestrado em Ciências da religião)- Pontifícia universidade católica de Goiás, Programa, Goiânia, 2017. LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKI, Carla B. (org). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008, p.111-153.

MACEDO, Michelle; FERREIRA, Jonatha da Silva. Patrulha Nacional Cristã: Anticomunismo e cristianismo em Alagoas (Década de 1950 à década de 1980). Projeto PIBIC.

MAINWARING, Scott. Igreja católica e política no Brasil (1916-1985). São Paulo: Brasiliense, 2004. MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. O homo inimicus: Igreja católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas. Maceió: EdUfal, 2007. MENDÉZ, Luiz Castilho. História da Igreja Católica Apostólica Brasileira (opúsculo). Brasília: Conselho Episcopal da ICAB, 1991.

MICELLI, Sérgio. A elite eclesiástica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. Partido de representação popular (PRP): Apenas o integralismo sob nova roupagem? In: Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v.3, n.2, agosto-2011, pp. 78-92.

SANCHEZ, Wagner Lopes. A trajetória de um conflito religioso. O conflito entre a Igreja Católica Romana e a Igreja Católica Brasileira no início da década de setenta. In: BRANDÃO, Sylvana. História das religiões no Brasil. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

SANTOS, Irinéia Maria Franco. Fontes Históricas para o Governo Eclesiástico: Dom Ranulpho Farias e o Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (1939-1955). SIMPÓSIO NORDESTE DA 2. Anais... Recife, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/15869211/Fontes_Hist%C3%B3ricas_para_o_Governo_Eclesi%C3%A1stico_Dom_Ranulpho_Farias_e_o_Arquivo_da_C%C3%B3pia_Metropolitana_de_Macei%C3%B3_1939_1955_. Acesso em 10 out. 2023.

SILVA, Wagner Pires. Um outro catolicismo: O Bispo de Maura e a Igreja Católica Apostólica Brasileira. Revista Bilros, Fortaleza, v. 5, n. 8, p. 106-125, jan.-abr.2017. SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). Por uma história política. 2ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.



TICIANELI. O golpe militar de 1º de abril de 1964 em Alagoas. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/o-golpe-militar-de-1o-abril-de-1964-em-alagoas.html> Acesso em: 15 nov. 2023.

TORQUATO; PORTUGUEZ. A FIGURA DO PADRE CÍCERO ROMÃO BATISTA: MILAGREIRO, RELIGIOSO E POLÍTICO DO SERTÃO NORDESTINO. In: PORTUGUEZ; ARAUJO; COPPE; (Orgs); A força da fé: Existência, resistência e resiliência da religiosidade popular brasileira. Editora Barlavento: Ituiutaba, 2020.

NOTAS

ⁱ A frase é citada na Carta Pastoral em 1973, quando Dom Wanillo anunciou a inauguração da igreja em Alagoas: “Dada e passada, na sede episcopal de Maceió, aos 25 de março de 1973, em homenagem à anunciação da santíssima virgem maria, ao glorioso padre Cícero e à revolução brasileira” (BARROS, 1973, p.18)

ⁱⁱ A escolha pelo recorte se justifica sendo em 1971 o ano em que Wanillo Galvão se torna Bispo e em 1985 o encerramento da Ditadura militar no Brasil. Dessa forma, será analisada sua atuação dentro do período de ditadura e a suas ações na igreja junto a esse contexto político-social.

ⁱⁱⁱ A Igreja Católica Apostólica Brasileira (ICAB) é uma Igreja cristã, fundada em 1945 no Rio de Janeiro, pelo excomungado bispo católico brasileiro Carlos Duarte Costa. De acordo com o documento “Manifesto a nação”, a igreja católica se diferenciaria da tradicional da Santa sé pelas seguintes características: “Abol o celibato eclesiástico, por ser contra as leis da natureza. Rejeita a confissão auricular por absurda. Permite, aos sacerdotes, ter uma profissão civil ou militar. Todos os ofícios são feitos em língua vernácula.” (DUARTE, 1945, p. 11)

^{iv} BARROS, Wanillo Galvão. Carta Pastoral... 1971. Arquivo Privado de Walbert Rommel Coêlho Galvão Barros.

^v BARROS, Wanillo Galvão. Carta a Plínio Salgado, 19 jul. 1950. Arquivo Público Histórico de Rio Claro.

^{vi} ONCÍLIO VATICANO II. Decreto Unitatis Redintegratio sobre o ecumenismo. Vaticano, 21 novembro de 1964. Disponível https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vatii_decree_19641121_unitatis-redintegratio_po.html. Acesso em: 12 jan 2024.

^{vii} Referente a encíclica *Divini Redemptoris* (1937), que condenou o comunismo, e pressionou a Igreja a estar mais próxima dos trabalhadores.

^{viii} O primeiro templo católico nessa cidade fora erguido pela ICAB, assim reunindo fiéis católicos antes da ICAR chegar à região e construir seu próprio edifício religioso. De acordo com o autor, a competição entre as duas instituições pelo monopólio do espaço atingiu proporções ameaçadoras (RODRIGUES, 2018).

^{ix} O historiador Anderson Guisolphi analisou que em nenhum texto publicado há referência ao marxismo ou comunismo soviético, daí a queixa de Dom Carlos Costa em ter sido fichado como comunista: “ (...) de fato ele não foi comunista, embora tenha proposto temas sociais relevantes para aquele contexto.” (GUISOLPHI, 2021, p. 100)

